

Reunião da Agecef/Ba em Itabuna.

ATA- 005/2007

Local: Auditório da SR Sul da Bahia

Data: 20/08/2007

Horário: 18h00min

Pauta: Posse dos diretores representantes da SR Sul e Ações Judiciais em Curso neste e em outros estados.

Abertura pelo vice-presidente Euvaldo Gobira, informando a pauta da reunião e apresenta Escariz como presidente eleito da Agecef para o biênio 2007/2009. Escariz afirma sua satisfação em estar presente a esta reunião e da necessidade que sente de que os associados tenham e criem oportunidade de se reunirem mais vezes. Fala que a participação de todos é relevante e indispensável. Apresenta os diretores representantes da SR Sul, Vicente, Bonfim, Neyvaldo e também Vinícius. Vicente afirma que sempre trabalhou pela Agecef e que o propósito desta associação é uma CAIXA cada vez mais forte. Neyvaldo cita a importância do apoio da Agecef na defesa dos interesses e das condições de trabalho dos gestores da CAIXA. Bonfim informa que é a primeira vez que faz parte da diretoria da Agecef e que pretende na sua condição de diretor ser uma voz que repasse para a associação as expectativas e necessidades dos associados da SR Sul da Bahia. Escariz apresenta Moacyr Carneiro da Costa, representante do CONTRAF, que fala da inclusão de itens específicos da categoria gerencial, na pauta de negociação deste ano, principalmente no que diz respeito aos mercados e à CTVA. Em seguida, Escariz apresenta Dr. Arnaldo que vai tratar das possíveis ações a serem ajuizadas pelos presentes, como isto está acontecendo na Bahia e as informações em alguns outros estados, lembrando e reforçando que a AGECEF Bahia não está incentivando o ajuizamento de nenhuma ação judicial, porém entende que o papel da associação é o de sempre apoiar o seu associado. Dr. Arnaldo começa tratando da CTVA e de como este artifício adotado pela CAIXA compromete a aposentadoria de todos os presentes, mas antes de detalhar as ações quer lembrar que os empregados que já se aposentaram e continuam trabalhando devem requerer formalmente à FUNCEF a suplementação do salário, pois o fato gerador deste direito é a aposentadoria. É preciso requerer formalmente para criar o litígio, pois só há ação judicial onde há litígio. Lembra que a CAIXA se omitiu de recolher à FUNCEF a parte dos salários representados pela CTVA, no entendimento de que esta seria uma verba provisória, porém esta condição de “provisória” completou 10 anos em julho deste. Os juizes têm mantido o entendimento do caráter de permanência, porém registra que, apesar de que, quando do ajuizamento da ação solicitar que caiba à empregadora o recolhimento de todos os valores que deixaram de ser depositados, uma vez que tal se deu por negligência da empresa, as decisões não são unânimes e é possível que caiba aos empregados arcar com sua parte nos recolhimentos. Ele afirma entender ser esta a ação mais importante. Outra ação em curso trata da ISONOMIA DOS MERCADOS, que retirou direito, e lembra que outras categorias como juizes, delegados da polícia federal não têm diferenciação salarial. As mudanças implementadas pela CAIXA não poderiam

prejudicar quem já estava com contrato de trabalho vigente. Outra ação trata da ISONOMIA DE PESSOAS, gerada pelo teto de mercado, implantado junto com a CTVA e que desconsidera nos salários de um empregado ref. 95, por exemplo, todas as suas conquistas de promoções, anuênios, tempo de serviço, uma vez que iguala estes rendimentos ao de um empregado TB com a mesma função. O entendimento do advogado é de que as remunerações podem ser iguais, mas não se podem descaracterizar as outras verbas salariais. A empresa quebrou a garantia dos direitos adquiridos. Para esta ação é necessário apresentar o nome de um colega que confirme tal ocorrência, cabendo à CAIXA a apresentação dos documentos. E por fim, uma última ação que tem sido ajuizada em alguns estados e também na Bahia diz respeito aos tickets – 8% sobre o carnê alimentação (atualmente em mais ou menos R\$ 200,00), então R\$16,00 multiplicados pela quantidade de meses até 1.991, pois a partir desta data foi criado o FAT e estes valores deixaram de ser considerados verba salarial e sim direito alimentar. Lembrou ainda que os gerentes de relacionamento podem ainda cobrar judicialmente as horas extras trabalhadas, e aos gerentes gerais, equiparados que são pelo cargo, aos diretores da CAIXA, a justiça tem sido unânime em julgar que estes não têm direito às horas extras. Dr. Arnaldo foi bastante enfático no sentido de que só devem ajuizar ações aqueles que se sentem vilipendiados nos seus direitos, ou que reconheçam estar empreendendo um esforço maior do que a remuneração que recebem, e que no caso de uma retaliação a CAIXA não deverá fazer distinção entre quem tem ou mais ações ou ainda sobre os tipos de ações. Gobira pergunta quantas ações já foram ajuizadas na Bahia até o momento, ao que o Dr. Arnaldo responde que a documentação está sendo mantida na sede da AGECEF para posterior decisão conjunta dos associados, mas que 07 gestores já o procuraram no seu escritório com a documentação completa e a autorização para iniciar o processo. E que no que diz respeito especificamente à CTVA nos últimos 07 anos 15 pessoas já tiveram ganho de causa e incorporação destes valores aos seus salários, tem sido prática dos gerentes que perderam a função dar entrada nas quatro ações. Camilo pergunta sobre a forma de pagamento dos honorários advocatícios e se estes incidirão sobre a CTVA? Dr. Arnaldo informa que na sua negociação com a AGECEF foram firmados os percentuais de 19% + 4%, se houver recurso para Brasília, mas que estes honorários não incidirão sobre a ação de incorporação da CTVA vez que não há ganho imediato. Lembra da tributação do Imposto de Renda e da necessidade de apresentar declaração buscando restituição de parte deste imposto. Gilberto Dias solicita informações sobre qual o tempo necessário para que uma ação dessa natureza se finalize. Dr. Arnaldo responde que algo em torno de três anos. Camilo pergunta quantas dessas ações vão para Brasília? É informado que 90%, vez que a CAIXA é uma instituição pública federal e por isso ajuiza recursos obrigatoriamente. Hélio Luz pergunta sobre a jurisprudência para estes casos e Dr. Arnaldo responde que só há até o momento jurisprudência para as horas extras dos gerentes gerais. Dimas informa ter conhecimento de que são já mais de 1.500 ações correndo e que grande parte dessas no nordeste, com casos também no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Sergipe e Brasília. Welton pergunta se as ações referentes ao mercado serão retroativas, ao que Dr. Arnaldo responde que sim, por 05 anos. Acredita que serão valores individuais na ordem de mais ou menos R\$ 200.000,00. Informou sua opção por ações individuais, que chamam menos atenção, e lembrou do Princípio da Transcendência, onde um juiz pode, apesar de julgar uma ação procedente, não dar ganho de causa à parte, sob o risco de comprometer a economia popular. Dr. Arnaldo agradece a oportunidade e coloca-se à disposição dos presentes para esclarecer outras dúvidas. Gobira retoma a palavra e fala da sua satisfação em receber o presidente da AGECEF na SR Sul, lembra que sempre trabalhou pela união, e que hoje a Bahia é

reconhecida nacionalmente, lamenta a dissensão dos 40 associados da SR Norte da Bahia, para a criação de uma AGECEF do interior e comemora os quase 420 associados que a AGECEF Bahia tem no momento.

Agradece o apoio de todos os presentes e dos quatro diretores locais e enfatiza o seu entendimento de que as ações devam ser mesmo individuais, e lembra que 90% dos gestores de Sergipe já ajuizaram suas ações e que isto é o reflexo da postura da empresa que não aceita debater estes assuntos. Moacir da CONTRAF ressalta que ainda que a empresa venha a corrigir as distorções aqui debatidas, só corrigiria daqui para frente. Vicente solicita a palavra para debater alguns assuntos que ele considera relevantes e pendentes, para os quais está elaborando uma carta que pretende entregar à diretoria da AGECEF e que abordará principalmente os assuntos: reuniões em finais de semana para que os representantes do interior possam participar mais efetivamente da gestão da AGECEF; criar no site um espaço tipo classificados para que os associados possam comprar e vender seus bens; disponibilizar para os associados à opção de sugerir os locais dos encontros anuais, podendo inclusive sugerir pauta e profissionais que farão palestras; preocupação em não permitir que a AGECEF se torne uma associação político partidária; tornar público os gastos autorizados pelo presidente e tesoureiro, se possível antes da efetivação destes gastos; discutir mais cuidadosamente os honorários contratados com o advogado da AGECEF Dr. Arnaldo, tentando diminuí-los; Neyvaldo apóia a iniciativa de Vicente e incentiva ações que explicitem os sentimentos pessoais e do grupo. Vicente lembra do grupo dos TREZE, anterior à AGECEF e que conseguiu solucionar muitos problemas que eram comuns a todos, com a união do grupo. Belmiro informa que não podemos perder a oportunidade de debater a situação do compartilhamento de senhas, uma prática adotada em decorrência da enorme diferença que existe entre a LNP e a LEP das unidades, e a conseqüente contratação de estagiários, pois quando ocorre um problema a administração age responsabilizando totalmente o gerente geral. É preciso que a empresa assuma publicamente que tem conhecimento destas situações. Escariz informa que durante a realização do Encontro Anual (**quando e onde?**) foi entregue à administração da empresa um ofício que tratava deste assunto, e se comprometeu a enviar cópia desta correspondência para todos os associados. Lembra ainda que seja necessário trabalharmos por uma estrutura mínima de funcionamento. Gobira fala que uma solução simples seria a hierarquização das senhas. Dalvan afirma que as soluções certamente a CAIXA já tem, é preciso implementá-las. Adevaldo lembra que passou por um problema deste tipo em sua agência e a CAIXA o puniu. Bonfim reforça a necessidade de ações conjuntas na busca deste tipo de solução. Escariz encerra a reunião, informando do Encontro Nacional que ocorrerá em Belo Horizonte, em 15 de novembro deste ano e que, mais uma vez ele levará este assunto para a pauta. Eu Ruth Madureira lavei a presente Ata que será distribuída a todos os representantes da Diretoria e Associados.